



## Universidades Lusíada

Nunes, Cristina Maria Fernandes, 1969-

### Capital humano e desenvolvimento económico

<http://hdl.handle.net/11067/4575>

<https://doi.org/10.34628/yeew-gt64>

#### Metadados

<b>Data de Publicação</b>	2018
<b>Resumo</b>	Partimos da existência de uma correlação direta entre o Capital Humano e o desenvolvimento Económico, centrada numa crescente valorização dos Recursos Humanos por parte da Sociedade, que é reflexo do crescimento económico e do aumento do Índice de Desenvolvimento Humano. Esta valorização só é possível, em nosso entender, com investimento na Educação. Há, por conseguinte, a necessidade de incorporar cada vez mais processos dentro da sala de aula, sejam eles de carácter tecnológico ou outros, cient...
<b>Palavras Chave</b>	Capital humano, Desenvolvimento económico
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCEE] LEE, n. 25 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T11:25:17Z com informação proveniente do Repositório

# **CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**Cristina Fernandes Nunes**

**Resumo:** Partimos da existência de uma correlação direta entre o Capital Humano e o Desenvolvimento Económico, centrada numa crescente valorização dos Recursos Humanos por parte da Sociedade, que é reflexo do crescimento económico e do aumento do Índice de Desenvolvimento Humano. Esta valorização só é possível, em nosso entender, com investimento na Educação. Há, por conseguinte, a necessidade de incorporar cada vez mais processos dentro da sala de aula, sejam eles de carácter tecnológico ou outros, cientificamente comprovados, para que possam conduzir ao sucesso, com clara aposta no potencial humano e na valorização da educação intercultural.

**Palavras-chave:** Capital humano, Desenvolvimento económico, Educação – Aspectos económicos.

**Abstract:** We start from the existence of a direct correlation between Human Capital and Economic Development, centered on a growing appreciation of Human Resources by the Company, which is a reflection of the economic growth and the increase of the Human Development Index. This valuation is only possible, in our understanding with investment in Education. There is, therefore, the need to incorporate more and more processes within the classroom, whether technological or other, scientifically proven, so that they can lead to success, with a clear focus on human potential and the value of intercultural education.

**Keywords:** Human capital, Economic development, Education – Economic aspects.

Assiste-se no século XXI à necessidade de mão de obra qualificada e especializada, que exigem políticas educacionais que aumentem a flexibilidade e ao mesmo tempo o carácter inclusivo do sistema educacional. Nesta medida, o sistema educacional deve procurar uma maior interação com as empresas, que por meio de órgãos consultivos locais, regionais e nacionais, consigam incrementar a sua participação no desenvolvimento do ensino de cada país. Desta forma, é possível adaptar o sistema de ensino às exigências económicas, criando uma maior proximidade entre a teoria e a prática, isto é, com a aposta na formação com aprendizagem que facilite a integração no mercado de trabalho.

Por outro lado, à medida que se aumenta o grau de instrução de uma população, aumenta-se o Índice de Desenvolvimento Humano, com repercussões na saúde da população, no seu bem-estar e até na procura de serviços e produtos tecnologicamente mais avançados. Há, pois que promover a inovação, o crescimento e o desenvolvimento.

O aumento da produtividade e do grau de utilização de novas tecnologias depende do grau de qualificação dos recursos humanos procurados pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas, e não há dúvida que o crescimento destas qualificações está diretamente relacionado com a capacidade de investir na Educação. Sem ela não há melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (sendo um dos indicadores mais utilizados para medir o grau de qualificação de uma população o número médio de anos de escolaridade da mesma), nem tão pouco crescimento económico, porque este pressupõe a utilização dos recursos, que são escassos, de uma forma mais eficaz e eficiente, levando conseqüentemente ao desenvolvimento.

Como é referido por Lopes (2015, p. 16) “ (...) o capital humano tem sido, desde a década do 60, objeto de análise de inúmeros estudos, refletindo uma preocupação económica e social. Em Portugal, esta crescente preocupação refletiu-se nas alterações que o sistema educativo tem sofrido com vista à qualificação escolar da população”.

Por seu turno o capital humano pode ser definido, de uma forma genérica, como as competências e conhecimentos que um indivíduo adquire ao longo da vida, logicamente através da educação, onde se inclui a formação ao longo da vida e a experiência de trabalho. (Becker, 1964).

Os fatores que contribuem para a acumulação de capital humano variam de país para país, sendo o mais relevante a educação, que pode ser incorporada

a ritmos diferentes pela sua população, devido a diferenças de rendimento das famílias, da cultura dominante, da religião e, principalmente, da forma como esta mesma sociedade aceita as diferenças de género.

A título de exemplo, nas sociedades onde as mulheres são mais instruídas existem ganhos superiores por parte das famílias, nomeadamente no que respeita à saúde do seu agregado familiar, sobretudo por incentivarem e auxiliarem os seus filhos na sua formação escolar ou pelo simples facto de realizarem um maior planeamento familiar. (OCDE,2012).

Ainda no que respeita ao papel da mulher na sociedade podemos repetir as palavras de Zapalska (1997), citado por Cassol (2006, p. 209), que refere que “à medida que cresce o número de mulheres que iniciam negócios, cresce também a importância do papel destas mulheres na economia e na sociedade”.

A esse propósito, devemos referir que nos países mais desenvolvidos a desigualdade de género é menor, quando comparados os níveis de educação. Alguns países tentam criar igualdade de oportunidades e equidade de género no acesso à educação e ao emprego, não raras vez imposta pela lei.

Continuando a citar Cassol (2006, p. 109) “os estereótipos de inferioridade associados à mulher e as menções a ela como sendo o sexo frágil, afetam negativamente seu desempenho como empreendedora, influenciado nas escolhas por segmentos pobres de serviços, lutando pela sobrevivência, reforçando a imagem negativa da mulher em negócios”.

Essa visão estereotipada só se desvanece com educação/instrução, com respeito pelas diferenças, mas principalmente com promoção da igualdade de oportunidades.

E repetindo, de novo, Cassol (2006, p. 113) o “investimento em aspetos culturais como a divulgação de histórias de sucesso, a disseminação da imagem da mulher como empreendedora em potencial e plenamente capaz”, diremos que tudo isto contribui, de forma muito positiva, para o incremento das iniciativas empreendedoras entre as mulheres, com contributo também positivo para o desenvolvimento económico.

Também o Banco Mundial (2006) citado por Leal (2009, p. 40) refere que “a importância económica da mulher não é apenas um problema das mulheres, é um problema do desenvolvimento. Se não se investe o suficiente nas oportunidades económicas da mulher, limita-se o crescimento económico e desacelera-se o avanço na redução da pobreza”.

Em muitos países, o nível de escolaridade da população tem registado progressos significativos, em especial no sentido da igualdade de género no nível da educação, desde o final do século passado. Presentemente, assiste-se nos países mais desenvolvidos, a que as mulheres tendem a atingir uma posição muito semelhante, e por vezes até superior à dos homens, em especial no acesso e conclusão do ensino superior.

A investigação da importância da educação para o desenvolvimento do capital humano e como elemento explicador do crescimento económico e das diferenças de nível de rendimento entre os países foi impulsionada pelo trabalho de Mankiw, Romer, & Weil, (1992), que incorporaram o capital humano no Modelo de Crescimento de Solow (1956).

Para refletir sobre a importância da educação, comecemos pela origem da palavra **educar** – do latim *ēdūcāre*, que significa «criar, alimentar, ter cuidado com; formar, instruir; produzir». Digamos que, tendo por base a origem da palavra, ela implica várias formas de cuidar do indivíduo. Todo o indivíduo tem o direito / dever de ser educado. Por seu turno, a palavra ensinar provém também do latim – *insignāre*, que significa «pôr uma marca, assinalar; distinguir e designar»

Num mundo onde a globalização e o intercultural persistem, há que ter em conta que intercultural, significa partilha de culturas, de ideias ou formas de encarar o mundo ou os outros, enquanto a globalização corresponde a uma aproximação que suscita, entre os indivíduos ou países, uma mudança. A globalização pode corresponder a um elemento facilitador da própria mudança. Como referem Suarez-Orozco & Qin-Hilliard (2004, p.23), “A globalização significa que as vidas de crianças que crescem hoje estão a ser moldadas, sobretudo, por processos globais na economia, na sociedade e cultura.”

De acordo com Salgado (2013, p. 31) “a educação possui uma especificidade própria na medida em que lhe compete preparar as gerações jovens, especificidade que lhe advém das características do próprio ‘serviço’, que corresponde à sua finalidade educativa, devendo subordinar a organização às necessidades do Homem e jamais o inverso”.

A educação centra-se no serviço, mas é constituída por alguns bens complementares, igualmente importantes, como livros, material escolar e didático.

A educação apresenta características específicas: (i) intangibilidade – só pode ser valorada depois de recebida; (ii) inseparabilidade – a produção ocorre em simultâneo com o consumo; (iii) variabilidade – o serviço prestado depende de quem o presta e por quem, onde e quando é prestado; (iv) incapacidade de armazenagem – não é possível fazer *stock* para consumo futuro; (v) incapacidade de destruir os ‘produtos’ defeituosos – o tempo perdido, numa má lição, jamais é recuperado.

Subsiste a dúvida se a educação é: Consumo ou Investimento. Para alguns Keynesianos a educação é um bem de consumo uma vez que implica gastos das famílias e/ou do Estado. Uma vez que admitem que a diferença entre os bens de investimento e os bens de consumo reside no comportamento dos agentes económicos e não na natureza dos bens que são adquiridos. (Existem, todavia, neo-Keynesianos que consideram a aposta no capital humano uma aposta no

investimento).

Como é referido por Salgado (2013, p. 33) “se considerarmos que a educação é um investimento, há que distinguir entre benefícios privados e sociais. O primeiro diz respeito aos benefícios que cada indivíduo retira da educação; quanto ao segundo refere-se aos benefícios que advêm para a sociedade, entendida como um todo”. Ao que a autora acrescenta: “ os benefícios privados em educação serão aferidos em função: (i) do rendimento adicional que um indivíduo com melhor qualificação conseguirá no futuro relativamente ao que conseguiria se não tivesse essa qualificação; (ii) dos custos relativos às despesas realizadas com livros e outros materiais, despesas de transporte e alojamento e pagamento de taxas e, ainda, os considerados custos indiretos, ou seja, os rendimentos que o indivíduo deveria perceber pelo facto de frequentar o ensino”.

O mesmo argumento é referido no PNUD (2010, p. 39) em que “o conhecimento aumenta as possibilidades das pessoas. Promove a criatividade e a imaginação. Além do seu valor intrínseco, tem ainda o importante valor instrumental na expansão de outras liberdades. Ter educação capacita as pessoas para avançarem nos seus objetivos e resistirem à exploração. As pessoas com educação estão mais conscientes de como evitar riscos para a saúde e viver uma vida mais longa e confortável. Tendem também a ganhar salários mais elevados e a ter melhores empregos”.

Dantes, a Escola preparava para o mercado de trabalho através do ensino/aprendizagem de uma profissão. Contudo, nos dias que correm, não é possível sequer prever as profissões do futuro (ou com futuro), pelo que a citada preparação já não faz sentido como desiderato da Escola. Ela terá antes de preparar o indivíduo como futuro “agente” produtivo para uma panóplia de atividades profissionais afins ou complementares, e, principalmente, desenvolver nos jovens capacidades de reflexão, gosto pelo saber e pela informação, desenvolvendo as capacidades de planeamento, autonomia, responsabilidade e interajuda.

Cumprir também à escola desenvolver, num espaço cada vez mais intercultural, a tolerância, avaliação e crítica com permanente atualização por sentimento próprio. A atualização dos seus conhecimentos tornou-se indispensável num mundo em constante mudança. E com uma característica de imprevisibilidade que cabe entender e encarar sem subterfúgios. A mudança deve ser encarada e realizada em favor da dignificação e do bem estar do ser humano, mesmo porque a família, tal como a Escola e outras instituições, está também em mudança, uma vez que a sociedade atual não comporta exclusivamente a família tradicional. De acordo com a mesma fonte “Os sistemas educativos ligados à formação de cidadãos em sistemas locais, são suscetíveis de se tornarem obsoletos, enquanto os que se realizam, de forma proativa, envolvem novos desafios, na medida em que participam na globalização e são mais propensos a prosperar.” (p.23)

A nova ordem social emergente não ocorrerá sem resistência justamente porque é rápida e “exterior”. Sendo assim a situação social resultante levanta maior resistência. Para além dos fatores geográficos, demográficos, culturais, sociais e psicossociológicos que a justificam, outros há como “as necessidades sentidas” que revertem para alterações mais significativas. Enquanto as pessoas não tomam consciência de que se encontram num estado de carência, desejando alterar a sua situação, pouco ou nada farão para a mudar. Outro fator potenciador de mudança será a base cultural da população. Assim sendo, uma população analfabeta, ou a sofrer de iliteracia, nas suas mais diferentes formas - infoexcluída ou pouco informada, terá mais dificuldade em responder às questões, a resolver ou aceitar novos modos de vida, valores e atitudes.

Vivemos num mundo em completa mudança. Todo o sistema de ensino, na sociedade atual, instituiu um sem número de condicionalismos económicos, sociais e políticos. Historicamente, como referem Suarez-Orozco & Qin-Hilliard, “a educação mudou por causa de mudanças nos valores, (a partir da parte religiosa e da secular), descobertas científicas alterando a compreensão da mente humana, ou resultantes de forças históricas e sociais mais amplas, como a globalização.”(p.23)

De acordo com o Relatório da Comissão Mundial sobre Educação para o século XXI, devem as políticas educacionais “(...)promover a educação pela e para a diversidade. Assim se garante o direito à educação, ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade das necessidades dos educandos” (sobretudo dos que pertencem a grupos minoritários) e a pluralidade dos métodos e conteúdos programáticos.

Ainda de acordo com o mesmo documento “Os quatro princípios de uma educação de qualidade – aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver em conjunto” apenas podem ser aplicados com êxito se o elemento central a considerar for a diversidade cultural.

Toda a educação, sobretudo a do século XXI, da “Aldeia Global” deve permitir a descoberta da realidade diferente do “outro” e das culturas que muitas vezes se inter chocam. Estas diferenças constatadas no dia a dia, quer seja na educação formal, quer seja na informal, devem corresponder ao respeito, como valor máximo e deve completar-nos em vez de nos diminuir. As diferenças culturais que vão continuar sempre a existir, queiramos ou não admiti-lo, é algo que enriquece e faz crescer em vez de diminuir. E tal como escreveu Antoine de Saint – Exupéry, no longínquo ano de 1943: “Se sou diferente de ti, em vez de te lesar aumento-te”.

A tarefa de educar é um trabalho quotidiano, cada vez mais humilde e obscuro, mas que lenta e pacientemente vai rasgando caminhos e permitirá modificações de comportamento, a fim de tornar o ser humano melhor, embora não ‘perfeito’. A rejeição da diferença talvez seja um fenómeno tão antigo quanto

o Homem. Mesmo tendo em conta a consciência, que somos, dos seres da criação, o menos bem apetrechado para a vida, o certo é que temos também ao nascer, outras “falhas”, em que se destacam o ‘medo’ e a ‘ignorância’, que podemos ou devemos ir colmatando ao longo da vida.

Justamente por isso e parafraseando Barrett *et al*, (2013), não será de ignorar os três princípios fundamentais do Conselho da Europa: Direitos humanos, como base de valor para uma sociedade mais justa e coesa; Democracia, como a forma escolhida de gestão da mesma sociedade e a sua cultura e o Estado de Direito, como a salvaguarda da justiça e da igualdade.

Será principalmente porque as guerras acontecem, e também porque o terrorismo e a fome persistem, que surgem, cada vez mais refugiados na Europa, (eufemisticamente designados migrantes), que temos de possuir mais e melhores competências de comunicar, de compreender e ser empáticos. Por tudo isto, mas não só, será urgente e em continuidade, adquirir competências interculturais através duma educação com valores, (sobretudo o respeito) e para o exercício duma cidadania plena, contribuindo, de modo célere, para uma efetiva coexistência pacífica.

Embora com a consciência de nos repetirmos pergunta-se: Quem melhor pode contribuir para esta formação senão o Professor com competências interculturais?

Possuir competências interculturais significa ter conhecimentos, compreensão do ‘outro’, ser empático e ter respeito por si e pelo ‘outro’, não sendo apenas tolerante, mas sabendo interagir com todos aqueles que apresentam ou não diferenciação cultural. É necessário viver e saber conviver no exercício duma plena cidadania, sem subterfúgios nem ambiguidades muito menos porque é “politicamente correto”.

Convém não ignorar que as competências interculturais, como muitas outras competências, não são passíveis de ser adquiridas de forma momentânea e serem permanentes. Exigem continuidade e aperfeiçoamento constante, mas também motivação. Tudo isto porque vivemos num mundo cada vez mais globalizado, sobretudo devido à evolução das tecnologias da informação/comunicação e das culturas que são dinâmicas, bem como das políticas e do desenvolvimento económico.

Tenha-se em atenção que o confronto com aquele que é ‘diferente’ faz-nos perder a segurança, põe em causa a nossa identidade e da insegurança ao conflito vai apenas um passo. A violência parece ser a resposta mais comum à diferença encontrada, quer ela seja sócio económica, quer seja de opinião, comportamento ou étnico-cultural, entre outras. As pessoas, independentemente da faixa etária, mas sobretudo crianças e jovens, acreditam que as diferenças se ‘resolvem’ pela força, pela capacidade de impor a sua própria razão e os seus próprios padrões aos outros. Trata-se de uma atitude autenticamente etnocêntrica e dela todos nós

temos um pouco. Entretanto, a disciplina escolar está a minguar. O professor e os demais agentes educativos deixaram de ser respeitados. Nalguns casos a agressividade dos alunos atinge valores inconcebíveis.

A Escola formal, aparentemente, abdicou de acompanhar a vida, de a orientar, de a corrigir, enquanto os novos espaços virtuais se tornaram uma “escola sedutora”, sem exercícios para/de casa, sem notas nem exames. Informa e diverte em simultâneo. Com cinema, teatro, música, desastres e tragédias em direto. Tudo isto está longe de coincidir com valores culturais, éticos e sociais respeitáveis, sem propósitos corretivos e de civismo ou sentimentos de generosidade e não - violência.

E tal como é referido no PNUD (2010, p. 48) “A abordagem do desenvolvimento humano reconhece o contributo do rendimento para um maior domínio dos recursos e o efeito que isso tem no alargamento das capacidades das pessoas através da nutrição, do abrigo e de oportunidades mais amplas. A nuclearidade do rendimento é reconhecida pela sua inclusão como uma das três dimensões básicas do IDH (índice de desenvolvimento humano), juntamente com a saúde e a educação”.

À laia de conclusão diremos que a valorização da cidadania pode ser tida como o grande desafio das nossas sociedades. Do potencial de libertação humana e da liberdade individual aparece um individualismo passivo que lança as pessoas na dependência. A trajetória pessoal deixou de surgir associada a um destino coletivo onde a segurança das pessoas e as suas reivindicações pouco resultam de partilhas ou sentimentos comuns.

O crescente individualismo resulta da valorização da autonomia individual, vive da dependência e insegurança económicas sendo destrutivo na medida em que desestrutura os laços sociais, desagrega a família, aumentando a incerteza face ao futuro. No entanto, não queremos apresentar um cenário negro, perante todo este ‘desassossego’ reinante, como diria Fernando Pessoa. Nesta segunda década do século XXI preconizamos seguir o caminho de uma racionalidade ativa, sendo melhor agir e experimentar do que esperar, havendo que valorizar mais o respeito e a solidariedade entre as pessoas e os povos.

## Referências Bibliográficas

- BECKER, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to education*. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1496221>. University of Illinois at Urbana-Champaign’s Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research.
- CASSOL, N. (2006). *A produção Científica na área do empreendedorismo feminino: Análise dos estudos indexados na base de dados do Institute for Scientific Information -*

- Dissertação de Mestrado*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau.
- LEAL, A. (2009). *Aprender a Empreender: Um Pilar na educação de jovens e adultos - dissertação de Mestrado*. João Pessoa: UFPB.
- LOPES, A. (2015). *I & D, Educação e Crescimento Económico: Uma análise aplicada a Portugal*. Coimbra: FEUC.
- MACHADO, J. (2003). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MANKIW, N., ROMER, D., & Weil, D. (1992). A Contribution to the Empirics of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 107, No. 2., pp. 407 - 437.
- OCDE. (2012). Gender Equality in Education, Employment and Entrepreneurship: Final Report to the MCM 2012. *Meeting of the OCDE Council at Ministerial Level, May 23-24*. Paris.
- PNUD. (2010). *Rapport Mondial Sur Le Développement*. Paris.
- SAINT-EXUPÉRY, A. (1943). *Lettre à un Otage*. New York: Rentano.
- SALGADO, M. (2013). *Educação e Desenvolvimento - Um Dualismo na Sociedade Global*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional das Beiras.
- SUÁREZ-OROZCO, M., & Qin-Hilliard, D. (2004). *Globalization Culture and Education in the New Millennium*. California: Berkeley: University of California Press.
- UNESCO. (2009). *Relatório Mundial da UNESCO*. Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- UNESCO. (2013). *Intercultural Competences - Conceptual and Operation Framework*. França.